

PANORAMA

DA VIOLÊNCIA
CONTRA A
MULHER
NO DISTRITO FEDERAL

AS PERCEPÇÕES DOS HOMENS

RELATÓRIO



2026

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Celina Leão

Governadora

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL - SEEC

Valdivino José de Oliveira

Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL - IPEDF

Codeplan

Manoel Clementino Barros Neto

Diretor-Presidente

Marcos da Silva Amaro

Diretor de Administração Geral

Werner Bessa Vieira

Diretor de Estudos e Políticas Ambientais e Territoriais

Marcela Machado

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Francisca de Fátima de Araújo Lucena

Diretora de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas

Sônia Gontijo Chagas Gonzaga

Diretora de Estratégia e Qualidade



EQUIPE RESPONSÁVEL



DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS - DIPOS/IPEDF Codeplan

- Marcela Machado – Diretora

Coordenação de Estudos de Avaliação de Políticas Sociais - COAPS/DIPOS

- Diego Rodrigues de Loiola – Coordenador de Estudos de Avaliação de Políticas Sociais

Coordenação de Estudos e Pesquisas Quantitativos de Políticas Sociais - COPAQ/DIPOS

- Larissa Martins Marques – Coordenadora de Estudos e Pesquisas Quantitativos de Políticas Sociais (até fevereiro de 2026)
- Juliana Estanislau Cançado – Coordenadora de Estudos e Pesquisas Quantitativos de Políticas Sociais (até novembro de 2024)

Supervisão da pesquisa

- Marcela Machado – Diretora
- Diego Rodrigues de Loiola – Coordenador
- Larissa Martins Marques – Coordenadora (até fevereiro de 2026)

Elaboração do estudo

- Marcela Machado – Revisão crítica.
- Larissa Martins Marques (até fevereiro de 2026) – Concepção do estudo; Metodologia; Campo; Redação; Análise e interpretação de dados; e Revisão.
- Diego Rodrigues de Loiola – Metodologia; Campo; Redação; Análise e interpretação de dados; e Revisão.
- Izabel de Sena Flores – Metodologia; Campo; Análise e interpretação de dados.
- Gabriel Melo de Menezes – Metodologia; Campo; Redação; Análise e interpretação de dados.
- Giovana Cristine Nobre da Silva – Metodologia; Campo; Redação; e Análise e interpretação de dados.
- Victor Cezar de Sousa Vitor – Metodologia; Campo; Redação; e Análise e interpretação de dados.
- Luiza Gomes Luz Rosa (até maio de 2025) – Revisão da literatura e elaboração do instrumento de coleta.

Editoração Eletrônica

- Diego Rodrigues de Loiola
- Gabriel Melo de Menezes
- Giovana Cristine Nobre da Silva
- Victor Cezar de Sousa Vitor

Estagiários

- Cloé Camargo Capiberibe – Auditoria das entrevistas da pesquisa; transcrição das entrevistas semiestruturadas; e auxílio na codificação das entrevistas semiestruturadas.
- Herick Alves Lira – Transcrição das entrevistas semiestruturadas.
- Israel dos Santos Lisboa Neto – Auditoria das entrevistas da pesquisa; e transcrição das entrevistas semiestruturadas.
- João Gabriel Rodrigues do Nascimento – Auditoria das entrevistas da pesquisa.
- Kaury Chaves Martins – Auditoria das entrevistas da pesquisa; transcrição das entrevistas semiestruturadas; e auxílio na codificação das entrevistas semiestruturadas.
- Lucas Alves Ferreira Teixeira – Auditoria das entrevistas da pesquisa.
- Luís Felipe do Carmo Fernandes (até agosto de 2025) – Revisão bibliográfica.

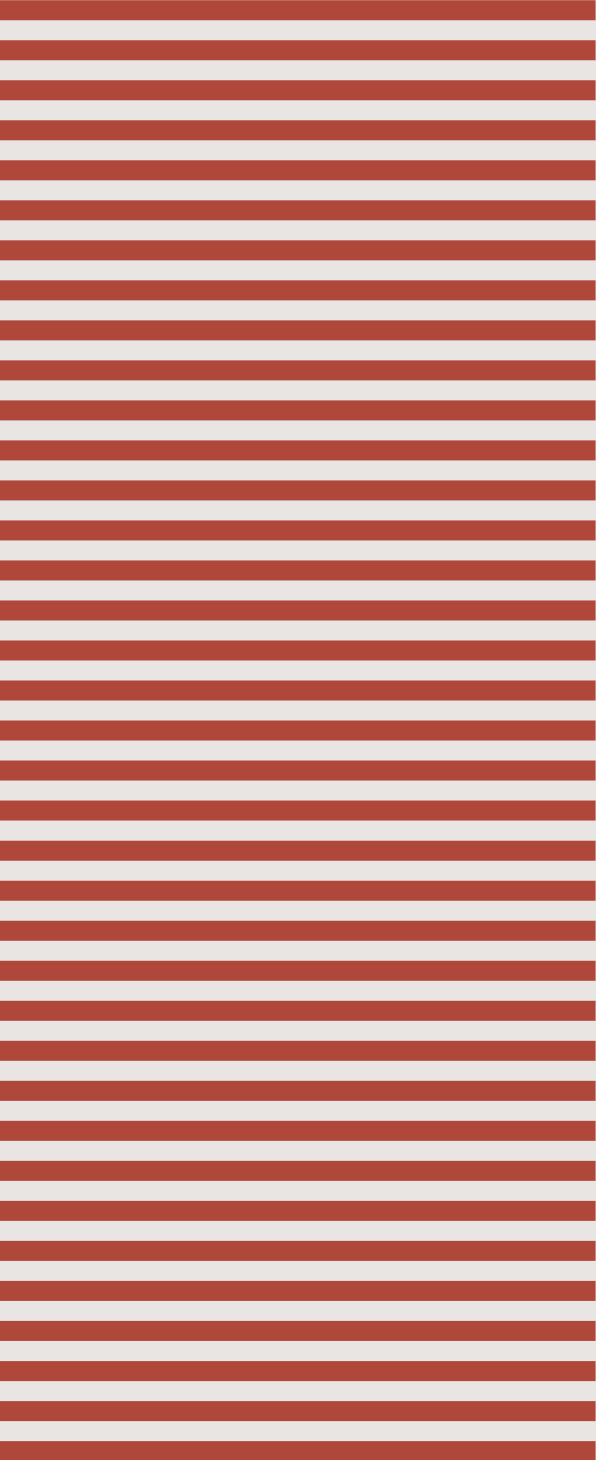


SUMÁRIO

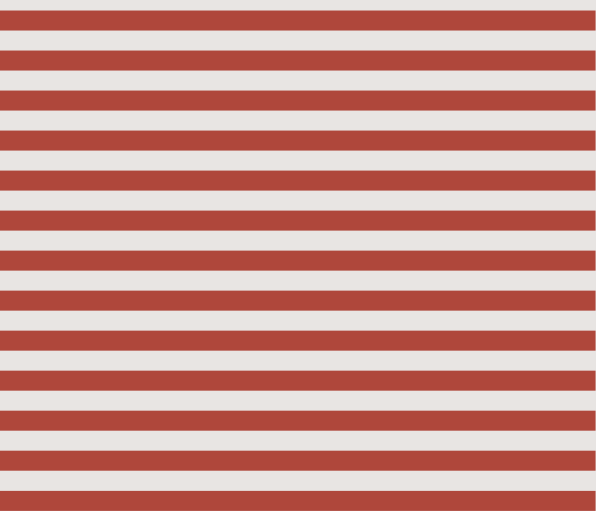


1. APRESENTAÇÃO	4
2. INTRODUÇÃO	7
3. METODOLOGIA	11
3.1. Dados quantitativos	12
3.1.1. Análise de dados observacionais	12
3.1.2. Experimento em lista	13
3.2. Dados qualitativos	15
3.2.1. Entrevistas em profundidade	15
4. RESULTADOS	18
4.1. Resultados do survey com homens	19
4.1.1. Experiências com figuras paternas na infância e adolescência	19
4.1.2. Experimento em lista	21
4.2. Entrevistas com homens em cumprimento de pena pelo crime de feminicídio	21
4.2.1. Dinâmicas do ambiente familiar na infância e adolescência	21
4.2.2. Consumo e dependência	23
4.2.3. Suporte em momentos de necessidade	24
4.2.4. Reprodução de papéis de gênero	25
4.2.5. Relacionamento com a vítima e escalonamento da violência	26
4.2.6. Justificativas mobilizadas para o crime	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
6. REFERÊNCIAS	34
7. APÊNDICES	37





APRESENTAÇÃO





1. APRESENTAÇÃO

Este relatório constitui um dos produtos da pesquisa Panorama da violência contra a mulher no Distrito Federal, desenvolvida pela Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DIPOS) do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF Codeplan), em iniciativa conjunta com a Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SMDF) e a Governadoria do Distrito Federal.

A pesquisa foi organizada em dois produtos com estruturas metodológicas diferentes. No primeiro produto, foi estabelecido um panorama sobre a violência contra a mulher no Distrito Federal (DF). Este produto, por sua vez, objetivou fornecer uma análise das vivências dos homens, considerando as construções de papéis de gênero e a identificação de masculinidades violentas.

Para atingir os objetivos estabelecidos para este produto, adotou-se estratégia metodológica quantitativa e qualitativa. Na etapa quantitativa, foi realizada coleta de dados primários, através da aplicação de um *survey* com homens e mulheres maiores de 18 anos em pontos de fluxo das 35 Regiões Administrativas do DF. Já a etapa qualitativa foi realizada através da condução de entrevistas em profundidade com 39 homens em cumprimento de pena em regime fechado no Complexo Penitenciário da Papuda, pelo crime de feminicídio cometido no Distrito Federal.

A partir dos dados sistematizados no

survey, foi possível investigar o percentual de homens que contaram com uma figura paterna ao longo da infância e adolescência e o envolvimento dessas figuras com tarefas domésticas naquela época. Além disso, apurou-se o percentual de homens que admitiram ter cometido violência contra suas parceiras, através de um experimento em lista. Os dados das entrevistas, por sua vez, buscaram compreender a trajetória de vida dos homens em cumprimento de pena pelo crime de feminicídio, através de questionamentos sobre sua infância e adolescência, seus processos de socialização, suas percepções sobre papéis de gênero e as formas como se davam seus relacionamentos amorosos ao longo da vida.

Ao sistematizar e analisar os dados produzidos, este relatório buscou oferecer insumos para o aprimoramento de políticas públicas, programas de prevenção e estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher. Espera-se, assim, que os resultados aqui apresentados contribuam para o fortalecimento de ações baseadas em evidências e para o avanço do debate público sobre o enfrentamento da violência contra a mulher no Distrito Federal.

Além deste relatório, encontram-se disponíveis no site do IPEDF Codeplan¹ os demais produtos derivados do estudo, incluindo sumários executivos, textos suplementares, roteiros de entrevistas e os

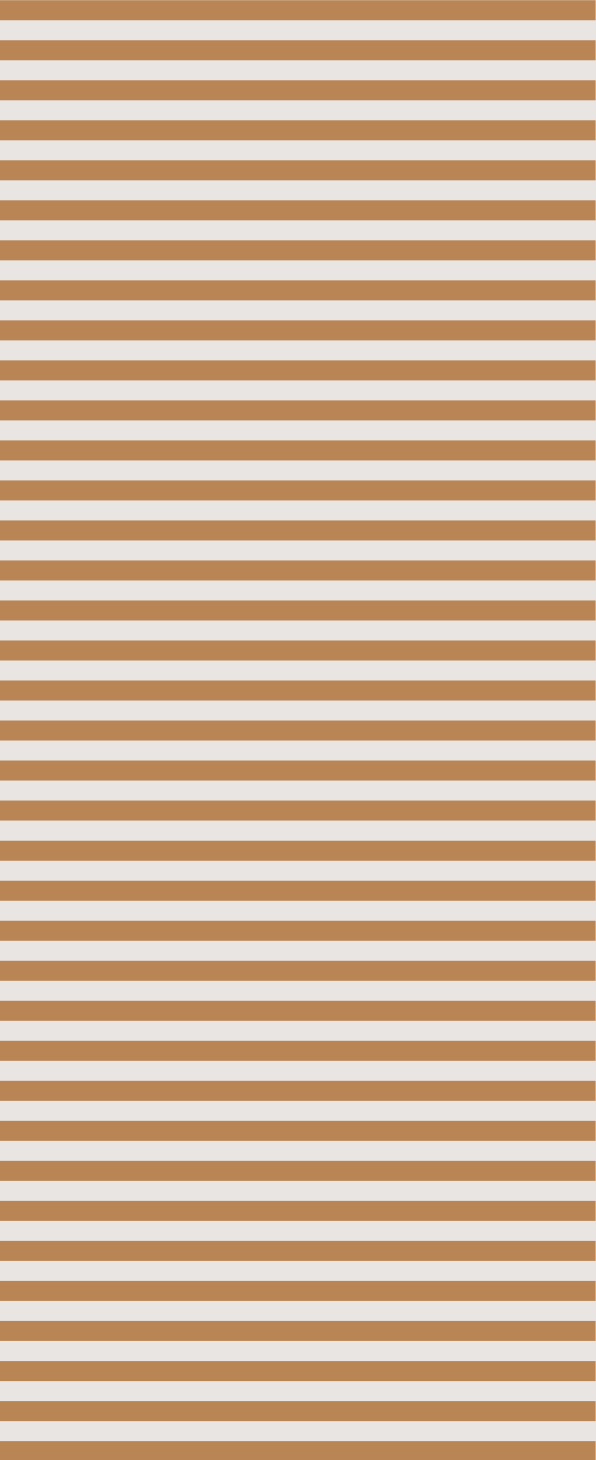
¹ Acesse através deste link: <https://ipe.df.gov.br/panorama-da-violencia-contra-a-mulher-no-distrito-federal>



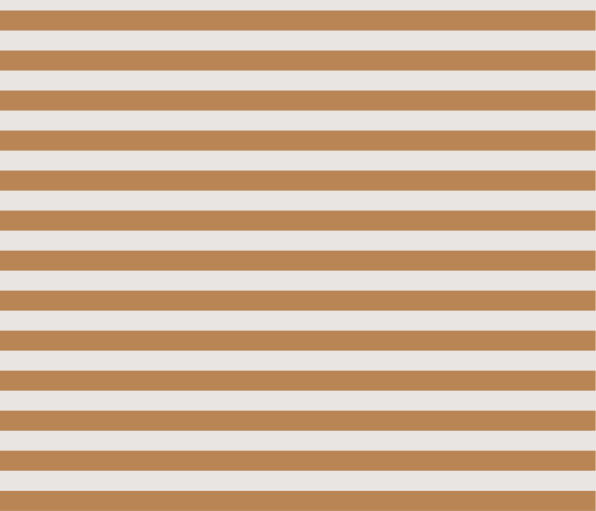
microdados, acompanhados de documentação técnica.

Por fim, é de suma importância ressaltar as parcerias com as quais o IPEDF contou para realização desta pesquisa: as consultorias oferecidas pelas pesquisadoras Samira Bastos e Ludmila Gaudad, ambas com experiência em estudos voltados ao ambiente prisional, contribuíram com o conhecimento do campo da etapa

qualitativa da pesquisa; e o apoio da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal (SEAPE) e de todos os servidores das Penitenciárias I, II e IV foi essencial para a viabilização da entrada no espaço e mediação entre os/as pesquisadores/as e os homens em cumprimento de pena pelo crime de feminicídio. Nossos agradecimentos pelo suporte oferecido.



INTRODUÇÃO





2. INTRODUÇÃO

O papel da sociedade na construção do comportamento humano é uma das bases para a realização de pesquisas sociais. Esse papel é particularmente relevante ao considerar as relações de gênero, que organizam expectativas sociais, modos de agir e normas que regulam comportamentos masculinos e femininos, estruturando diferenças de acesso e de tratamento que atravessam a vida pública e privada (Bourdieu, 2002). Esse contexto colabora para o surgimento da violência de gênero, que não se apresenta como um evento isolado, mas como expressão de padrões do comportamento que fazem com que a desigualdade entre homens e mulheres seja normalizada (Heise, 1998; Coumarelos *et al.*, 2023).

A violência contra as mulheres, sendo uma das expressões da desigualdade de gênero, delimita uma hierarquia socialmente estabelecida que distribui poder de modo desigual entre homens e mulheres, atribuindo aos homens expectativas de autoridade e controle tanto nas relações públicas quanto nas relações íntimas e familiares, e às mulheres expectativas de prover o cuidado e oferecer subordinação, especialmente aos homens. Nesse contexto, quando mulheres rompem com as expectativas dos papéis tradicionais a elas atribuídos, reivindicando autonomia, questionando a autoridade masculina ou encerrando relações, a violência pode se expressar como um modo de punir e disciplinar. Esse padrão de comportamento

busca “restaurar” condutas esperadas, como domínio, respeito e controle, frequentemente influenciados por sentimentos de posse e discursos que culpabilizam a vítima pela própria violência sofrida (Ávila *et al.*, 2023; Machado; Castanheira; Almeida, 2021; Ribeiro, 2017). Além disso, pesquisas sobre a percepção masculina em relação às mulheres evidenciam que práticas rotineiras de controle e restrição da liberdade de mulheres são reconhecidas como parte do repertório dessas agressões, reforçando o caráter cotidiano e naturalizado dessa violência (Data Popular, 2014).

Trata-se de uma forma de violência que pode se manifestar em diferentes contextos, como o doméstico, o comunitário e o laboral, sendo perpetrada por pessoas conhecidas ou desconhecidas, contra mulheres de diferentes faixas etárias (Wilson, 2014). Esse cenário gera consequências para uma diversidade de perfis sociodemográficos, que precisam ser identificados e medidos, tanto a partir de quem sofreu assim como a partir de quem cometeu a violência.

Ainda que esta violência se expresse de maneira diversa quanto aos espaços, às formas e aos perpetradores, a literatura especializada convergiu ao apontar que sua manifestação mais recorrente ocorre no âmbito doméstico e nas relações íntimas (Instituto Igarapé, 2024; WHO, 2021). A violência praticada por parceiros ou ex-parceiros íntimos destaca-se não apenas



pela frequência, mas também por sua persistência, proximidade relacional entre vítimas e autores do crime e potencial de repetição, características que a diferenciam de outras formas de violência interpessoal. Embora esses estudos mostrem que a violência contra as mulheres tem várias causas e envolve diferentes fatores (Heise, 1998), a desigualdade entre homens e mulheres influencia não apenas o modo como essa violência ocorre, mas também a forma como a sociedade a entende, publicamente e no âmbito privado, influenciando as relações entre as pessoas e também a maneira como as instituições respondem a esse problema.

No contexto brasileiro, a violência doméstica foi tipificada pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), e pode ser dividida nas formas de violência moral, patrimonial, sexual, psicológica e física (Brasil, 2006). Mesmo com diferentes formas de ocorrência, observou-se na realidade um gradiente de ações violentas e correlacionadas. Esse contínuo pode começar em violências menos aparentes, como a psicológica, a moral e a patrimonial, e evoluir para violências mais explícitas, como a sexual e a física. Em alguns casos, a escalada de agressões se agravou até o feminicídio, ápice da violência de gênero, no qual resulta o óbito da mulher (Brasil, 2024).

Sobre as estimativas nacionais da violência contra a mulher, a pesquisa “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil” do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2025) indicou um percentual

de 32,4% de brasileiras maiores de 16 anos que foram vítimas de violência física ou sexual provocada por parceiro ou ex-parceiro. Já a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, realizada em 2025 pelo DataSenado, indicou que 27% das brasileiras com mais de 16 anos de idade sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar em algum momento da vida (DataSenado, 2025). Nesta, o grupo de principais perpetradores foi majoritariamente constituído por parceiros e ex-parceiros.

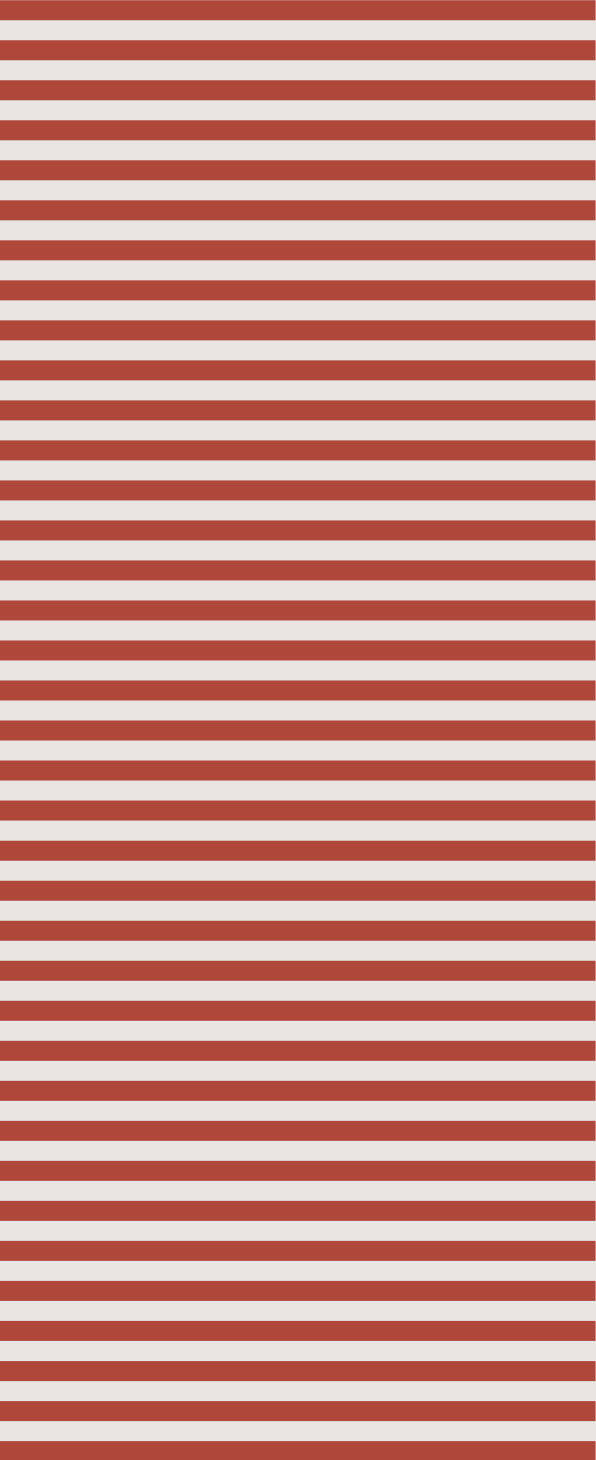
Por sua vez, no Distrito Federal, a cada 100 homicídios cujas vítimas foram mulheres, aproximadamente 66 foram caracterizados como feminicídio (FBSP, 2025). Além disso, a unidade federativa registrou o recorde histórico na série temporal de inquéritos policiais e termos circunstanciados recebidos pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios no ano de 2024 (MPDFT, 2025) e, aliado a isso, uma taxa de 2.171,5 medidas protetivas de urgência concedidas a 100 mil mulheres (FBSP, 2025).

Considerando esse cenário, foi necessário investigar não somente as violências mais graves e aparentes, mas também, todas as situações vivenciadas pelas mulheres que representem risco em potencial, especialmente para traçar soluções efetivas a todas as expressões e consequências da violência de gênero. Assim, o Panorama da violência contra a mulher no Distrito Federal foi concebido para fornecer um retrato atualizado, preciso e útil para orientar prevenção, proteção e responsabilização

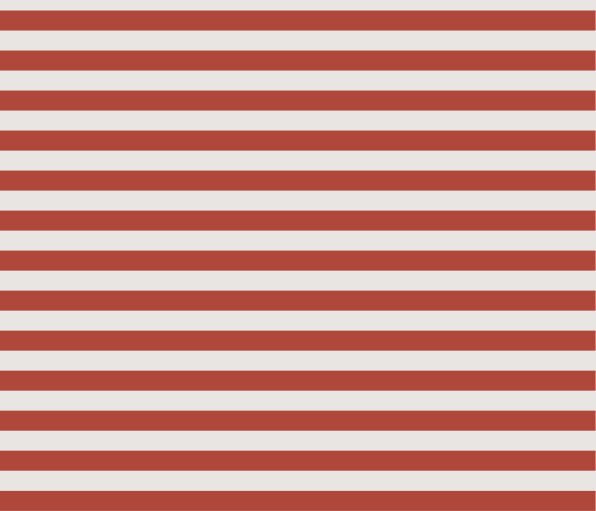


diante da recorrência e da iminência desses casos, fundamentado em informações sobre como as pessoas perceberam o fenômeno, onde e como os eventos ocorreram, quem foram as vítimas e os autores e quais fatores se associaram ao agravamento do risco. O mapeamento desses aspectos, através de

percepções contextuais de suas múltiplas ocorrências, permitiu distinguir variações sobre a iminência de seus riscos, perfis de vítimas e autores, além de localizar suas circunstâncias domiciliares, em espaços públicos, turnos e demais aspectos que conformam esse fenômeno na atualidade.



METODOLOGIA





3. METODOLOGIA

Esta pesquisa buscou compreender a vivência dos homens do Distrito Federal, sob a perspectiva de construção de papéis de gênero e identificação de masculinidades violentas. Para tanto, o estudo foi estruturado considerando dois aspectos

metodológicos: etapa quantitativa, com análise de dados do *survey* e experimento em lista; e etapa qualitativa, com entrevistas em profundidade. Os procedimentos aplicados a cada uma das etapas serão explicados a seguir.

3.1. Dados quantitativos

3.1.1. Análise de dados observacionais

Esta seção apresenta as estratégias quantitativas provenientes do *survey* Panorama da violência contra a mulher no Distrito Federal, com foco em informações coletadas junto aos homens respondentes. O *survey* contou com 5.093 respondentes e, deste total, 2.221 pessoas se identificaram como homens. Esse quantitativo foi exposto à perguntas que investigaram as dinâmicas presentes nos primeiros períodos de socialização dos respondentes.

Para esse subconjunto da amostra, investigou-se a vivência dos respondentes na infância, a partir de questões relacionadas à presença de uma figura paterna ou masculina de referência (pai, avô ou padrasto) responsável pelo cuidado no ambiente doméstico. Adicionalmente, foram coletadas informações sobre a frequência com que essa figura realizava atividades associadas ao trabalho doméstico cotidiano e ao trabalho de cuidados. Esses dados

permitiram uma análise descritiva dos padrões de socialização de gênero vivenciados pelos respondentes ao longo da infância.

As análises foram conduzidas de forma descritiva, com base em uma amostra não probabilística por cotas. Dessa forma, os resultados devem ser interpretados como representativos exclusivamente da amostra pesquisada, não sendo possível realizar inferências estatísticas probabilísticas para a população residente no Distrito Federal.

Para fins de avaliação da estabilidade das estimativas descritivas, adotou-se o Coeficiente de Variação (CV) como critério auxiliar, considerando-se aceitáveis valores de CV iguais ou inferiores a 0,25. Estimativas com coeficiente de variação superior a esse limiar foram suprimidas dos resultados apresentados, em razão de sua elevada variabilidade e menor confiabilidade descritiva.



3.1.2. Experimento em lista

Entre as limitações do *survey* conhecidas pela literatura estiveram a suscetibilidade da técnica ao falseamento das respostas pelo respondente, especialmente sob a ótica do viés de desejabilidade social (Krosnick, 1999). Principalmente quando a pesquisa contou com temáticas particularmente sensíveis, como mensuração de preconceitos e de práticas socialmente não aceitas, o potencial de comprometimento dos resultados pela desejabilidade social aumenta (Blair; Imai, 2012).

Para contornar essa dificuldade metodológica, pesquisadores recorreram a técnicas baseadas em perguntas indiretas, entre as quais se destaca o experimento em lista (Glynn, 2013). Essa técnica combina uma abordagem experimental com um mecanismo de contagem de itens, permitindo mensurar comportamentos ou atitudes sensíveis sem exigir que o respondente revele diretamente sua experiência ou opinião.

No experimento em lista, os respondentes foram alocados aleatoriamente em dois grupos: controle e tratamento. Ambos receberam uma lista de afirmações ou situações e foram solicitados a informar quantos itens da lista se aplicavam ao seu caso (e não quais itens especificamente). Entretanto, há uma diferença na quantidade de itens apresentados para cada grupo. Enquanto o grupo de controle recebeu uma lista com n itens não sensíveis, o grupo de tratamento recebeu a mesma lista acrescida

de um item adicional ($n + 1$), que correspondeu ao item sensível de interesse da pesquisa. A comparação entre as respostas dos dois grupos permitiu estimar, de forma indireta, a prevalência do comportamento ou atitude sensível investigada.

A validade dessa estimativa dependeu do atendimento a algumas premissas fundamentais do método. Em particular, assumiu-se que a inclusão do item sensível não alterava o padrão de resposta aos itens de controle, condição conhecida na literatura como ausência de efeitos de desenho (*no design effects*) (Blair; Imai, 2012). Violações dessa premissa poderiam ocorrer quando os respondentes passassem a responder estrategicamente, por exemplo, evitando marcar todos ou nenhum item da lista, de modo a preservar o anonimato da resposta. Esses comportamentos são conhecidos como efeitos de teto (*ceiling effects*) e de piso (*floor effects*) (Glynn, 2013; Gramacho, 2023).

Uma estratégia recomendada para reduzir a ocorrência desses efeitos indesejados consiste na seleção de itens de controle com correlações negativas entre si, de forma a evitar concentrações excessivas de respostas nos extremos da escala (Glynn, 2013; Gramacho, 2023). Seguindo essas recomendações, a equipe técnica elaborou a lista de itens apresentada no Quadro 1, composta por situações cotidianas não sensíveis e um item sensível relacionado à violência praticada por homens contra alguma parceira íntima durante a vida.



Quadro 1 – Redação das questões de tratamento e controle

Controle	Tratamento
Agora, com base neste cartão, leia as frases calmamente e em silêncio e me diga APENAS QUANTAS dessas situações já aconteceram com você. Não quero saber quais são as frases, apenas com quantas deles você já passou, diga apenas o número: • Discuti com familiares por causa de política na eleição passada • Xinguei ou fiz gestos ofensivos para alguém no trânsito • Já dedurei um amigo que traiu a namorada • Sempre evitei falar sobre temas conflitantes que pudessem gerar bate-bocas	Agora, com base neste cartão, leia as frases calmamente e em silêncio e me diga APENAS QUANTAS dessas situações já aconteceram com você. Não quero saber quais são as frases, apenas com quantas deles você já passou, diga apenas o número: • Discuti com familiares por causa de política na eleição passada • Xinguei ou fiz gestos ofensivos para alguém no trânsito • <u>Empurrei ou segurei com força a minha esposa ou namorada após ficar nervoso</u> • Já dedurei um amigo que traiu a namorada • Sempre evitei falar sobre temas conflitantes que pudessem gerar bate-bocas

Fonte: Pesquisa Panorama da violência contra a mulher no Distrito Federal (2026).

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

Nota: Destaca-se, entre os itens presentes na lista de tratamento, o item sensível a ser analisado pela pesquisa.

Esta questão foi incorporada ao questionário utilizado pela pesquisa Panorama da violência contra a mulher no Distrito Federal, e direcionada apenas aos respondentes que se identificaram com o gênero “homem”, não homossexuais e que já tiveram algum relacionamento ao longo da vida. Este recorte resultou em 2.010 respostas, sendo 1.087 no grupo de controle e 923 no grupo de tratamento.

Antes da análise dos resultados substantivos do experimento, foram conduzidos dois procedimentos de validação do desenho. Em primeiro lugar, realizou-se uma análise de balanceamento entre os grupos de controle e tratamento, com o objetivo de verificar se a aleatorização produziu

amostras equivalentes em termos de características observáveis relevantes. Os resultados dessa análise são apresentados no Apêndice A e indicaram um desbalanceamento em cinco das 59 categorias analisadas.

Em segundo lugar, avaliou-se a presença de possíveis efeitos de desenho, por meio do teste proposto por Blair e Imai (2012), bem como da análise descritiva de efeitos de teto e piso em cada grupo experimental. Os resultados não indicaram evidências estatisticamente significativas de efeitos de desenho, tampouco diferenças substantivas nos padrões de teto e piso entre os grupos, o que reforçou a validade do experimento e a plausibilidade das estimativas obtidas.



A prevalência do comportamento sensível foi estimada a partir de um modelo de regressão linear (Mínimos Quadrados Ordinários – MQO), em que a variável dependente correspondeu ao número de itens assinalados e a principal variável explicativa foi um indicador binário de tratamento.

Nesse modelo, o coeficiente do tratamento identificou a diferença média entre os grupos experimental e de controle, sendo algebricamente equivalente à estimativa obtida por meio de um teste de diferença de médias, conforme a abordagem padrão na análise de experimentos em lista (Blair; Imai, 2012; Glynn, 2013).

3.2. Dados qualitativos

3.2.1. Entrevistas em profundidade

Visando o aprofundamento nas concepções masculinas sobre a violência contra a mulher, a etapa qualitativa da pesquisa buscou compreender o cenário e as motivações associadas aos crimes de feminicídios cometidos no Distrito Federal. Nesta etapa da pesquisa foram realizadas entrevistas em profundidade, mediante utilização de um roteiro de perguntas semiestruturado. O estudo não foi orientado para a construção de perfis individuais, diagnósticos pessoais ou reconstituições judiciais dos casos, mas sim para a análise conjunta de narrativas, preservando o anonimato dos participantes.

O percurso metodológico teve início com uma pesquisa exploratória de referências bibliográficas, organizadas por palavras-chave e por eixos temáticos, para identificar temas recorrentes na literatura especializada no assunto. Baseado nessa busca inicial, foi possível delimitar os objetivos gerais e específicos desta etapa da pesquisa. Esse levantamento também

subsidiou a definição de três grandes dimensões analíticas do roteiro de perguntas: i) trajetória de vida, relações anteriores e processos de socialização; ii) percepções sobre papéis de gênero e masculinidades e iii) relacionamento entre homens em cumprimento de pena e vítima e percepções sobre o crime.

Durante o desenvolvimento do roteiro, a equipe de pesquisa realizou reuniões de consultoria com duas pesquisadoras com experiência de pesquisa em ambientes penitenciários, buscando uma maior familiarização metodológica com o tema. Em seguida, o roteiro passou por pré-testes com a equipe interna, a fim de ajustar a linguagem a ser utilizada, a ordem dos blocos e a percepção de sensibilidade das perguntas. Também ficou definido que a equipe responsável pela realização das primeiras entrevistas registraria impressões iniciais e pontos passíveis de ajustes no roteiro, de modo a fortalecer o controle de qualidade da coleta.



O acesso ao campo² exigiu articulação institucional prévia com o gabinete da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal (SEAPE) e com as direções das unidades prisionais, para a definição de estratégias de entrada nas unidades, circulação interna da equipe, formas de comunicação preliminar aos potenciais entrevistados, uso de gravador e de demais materiais autorizados e medidas de segurança. A pesquisa foi conduzida por quatro pesquisadores desta Diretoria, em turnos matutino e vespertino, ao longo de duas semanas, com passagens em unidades prisionais que fazem parte do Complexo Penitenciário da Papuda.

O universo de entrevistados aptos a participarem incluía homens autores de feminicídio tentado ou consumado, em cumprimento de pena pelo crime em regime fechado ou semiaberto. Como critérios de inclusão para a realização das entrevistas, considerou-se **homens condenados por feminicídio de parceira ou ex-parceira íntima no Distrito Federal, com sentença transitada em julgado e em cumprimento de pena em regime fechado, sem impedimentos relevantes de comunicação**. A identificação e seleção dos homens com o perfil compatível com os objetivos do estudo foi realizada pela SEAPE.

Do total de 50 nomes selecionados para as entrevistas, 11 homens recusaram participação na pesquisa, totalizando **39**

entrevistados. Esse número resultou da combinação entre a seleção de homens em cumprimento de pena pelo crime de feminicídio aptos a participarem, a adesão voluntária e a própria saturação de temas levantados durante as entrevistas, entendida aqui como o ponto em que novas entrevistas deixaram de acrescentar elementos substantivamente inéditos aos assuntos centrais e já recorrentes nas narrativas. A escolha por entrevistas em profundidade, e não por um número maior de entrevistas breves, buscou privilegiar elementos como densidade e detalhamento dos relatos, explorar a trajetória de vida dos entrevistados, como compreendiam o ocorrido e as justificativas mobilizadas para terem cometido o crime.

As entrevistas foram individuais, com duração média de 1h30, realizadas em salas definidas pela própria administração prisional, com acompanhamento dos protocolos locais de segurança. Em todas elas, houve leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com explicitação do caráter voluntário da participação, do direito de recusa ou interrupção a qualquer momento, da possibilidade de não responder a perguntas que porventura causassem desconforto e da garantia de que o conteúdo não seria utilizado contra o participante e nem produziria qualquer prejuízo ou benefício penal. As entrevistas foram gravadas em áudio, exclusivamente para fins de

² A realização da pesquisa de campo nas unidades prisionais foi solicitada ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), sendo autorizada pela Excelentíssima Senhora Juíza Leila Cury, da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal. Processo nº 0412306-45.2025.8.07.0015.



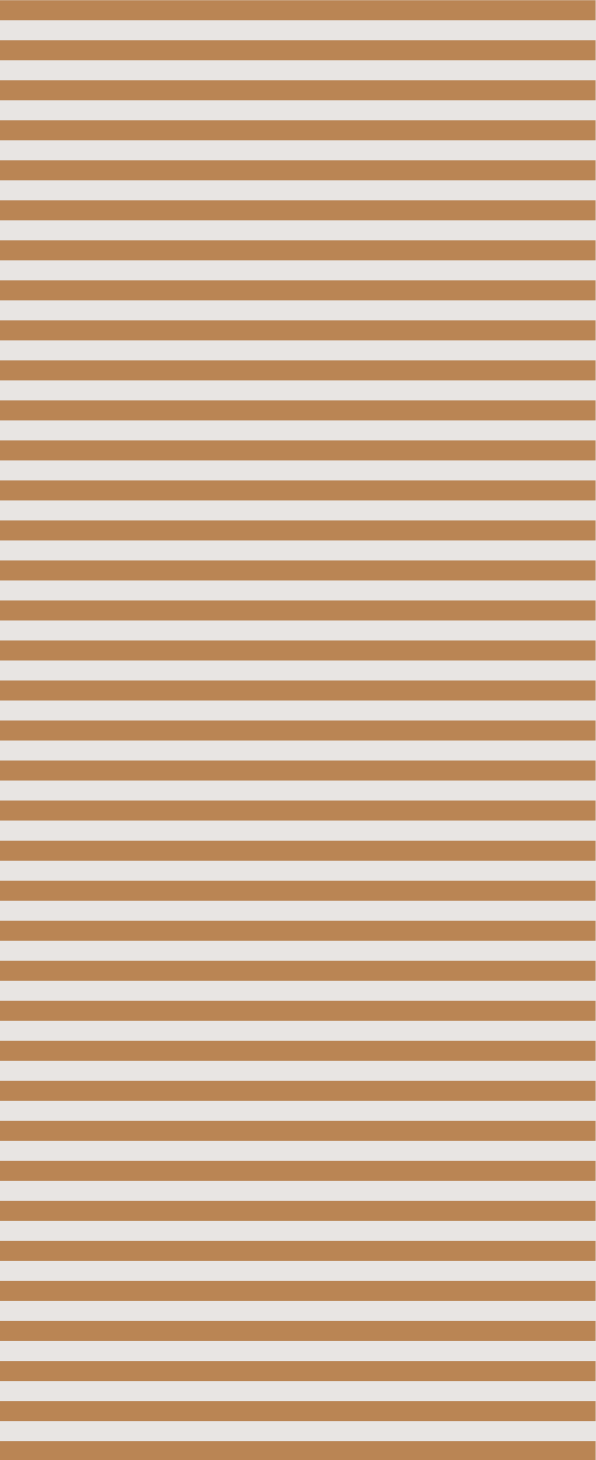
transcrição. Em seguida, o material foi transcrito, anonimizado e armazenado na rede institucional do IPEDF Codeplan, com acesso restrito, conforme as regras de sigilo e proteção de dados informadas aos participantes.

A análise dos dados adotou uma estratégia de codificação temática orientada por um plano analítico, que articulou grupos de códigos, códigos específicos reunidos em cada grupo e objetivo temático de cada um desses grupos, construídos a partir do diálogo entre literatura especializada no tema, objetivos da pesquisa e leitura das transcrições. Em termos práticos, cada transcrição foi lida e categorizada, com marcação dos trechos correspondentes aos códigos de cada grupo. Em seguida, a equipe sistematizou a frequência de ocorrência dos códigos, além de reunir os trechos e fragmentos codificados para posterior interpretação correlacional das narrativas, sem desconsiderar o caráter transversal de alguns trechos entre diferentes grupos de códigos.

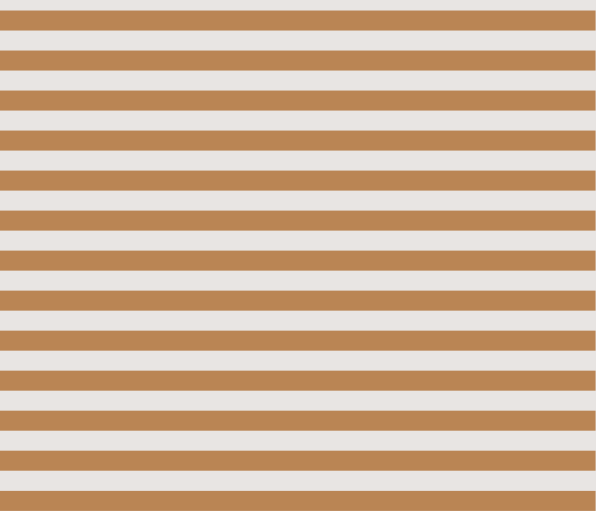
Neste sentido, o rigor do estudo foi aprimorado através de diferentes procedimentos, como embasamento teórico sobre o tema, consultoria com especialistas, pré-testes, critérios de seleção dos

entrevistados e condições seguras para a realização das entrevistas. Esse planejamento garantiu a preservação do percurso analítico entre roteiro semiestruturado, protocolos éticos e registro de impressões de campo, além da transcrição integral das entrevistas, codificação e sínteses interpretativas dos dados.

Apesar do rigor, os resultados devem ser lidos levando em consideração algumas limitações, próprias do desenho adotado pela pesquisa. O contexto prisional poderia influenciar o modo como os participantes narraram suas trajetórias e o crime, seja pela desejabilidade social ou pelo receio de expor percepções diante da busca por resguardar a própria imagem. Também há limites específicos de uma pesquisa dessa natureza, que não esgotaram todas as linhas interpretativas possíveis, não produziram explicações causais únicas e não estabeleceram uma determinação direta entre passagens da vida desses homens e o crime de feminicídio. Seu alcance foi reconstruir regularidades narrativas, contextos de socialização, padrões relacionais e formas de justificação que ajudam a compreender o fenômeno e a subsidiar políticas públicas.



RESULTADOS



4. RESULTADOS

4.1. Resultados do *survey* com homens

Esta seção apresenta os resultados provenientes do *survey* Panorama da violência contra a mulher no Distrito Federal, analisando as respostas dos 2.221 homens que responderam à pesquisa. A análise apresentada se concentra em dois aspectos centrais relacionados às trajetórias e aos comportamentos masculinos. O

diz respeito à presença de figuras paternas durante a infância e a adolescência dos respondentes e à participação dessas figuras em atividades domésticas e de cuidado. O segundo se refere à estimativa de prevalência de comportamentos anteriores associados à violência física em relações íntimas.

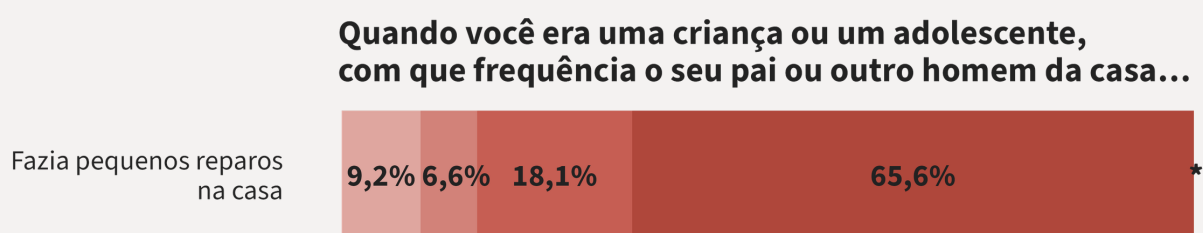
4.1.1. Experiências com figuras paternas na infância e adolescência

Quando questionados, 75,1% dos homens respondentes afirmaram ter contado com a presença de uma figura paterna ou masculina de referência durante a infância e a adolescência.

No que se refere às atividades desempenhadas por essas figuras, observou-se um padrão de participação que varia em relação aos tipos de afazeres analisados. Havia maior envolvimento em tarefas, como pequenos reparos domésticos e cuidados durante períodos de

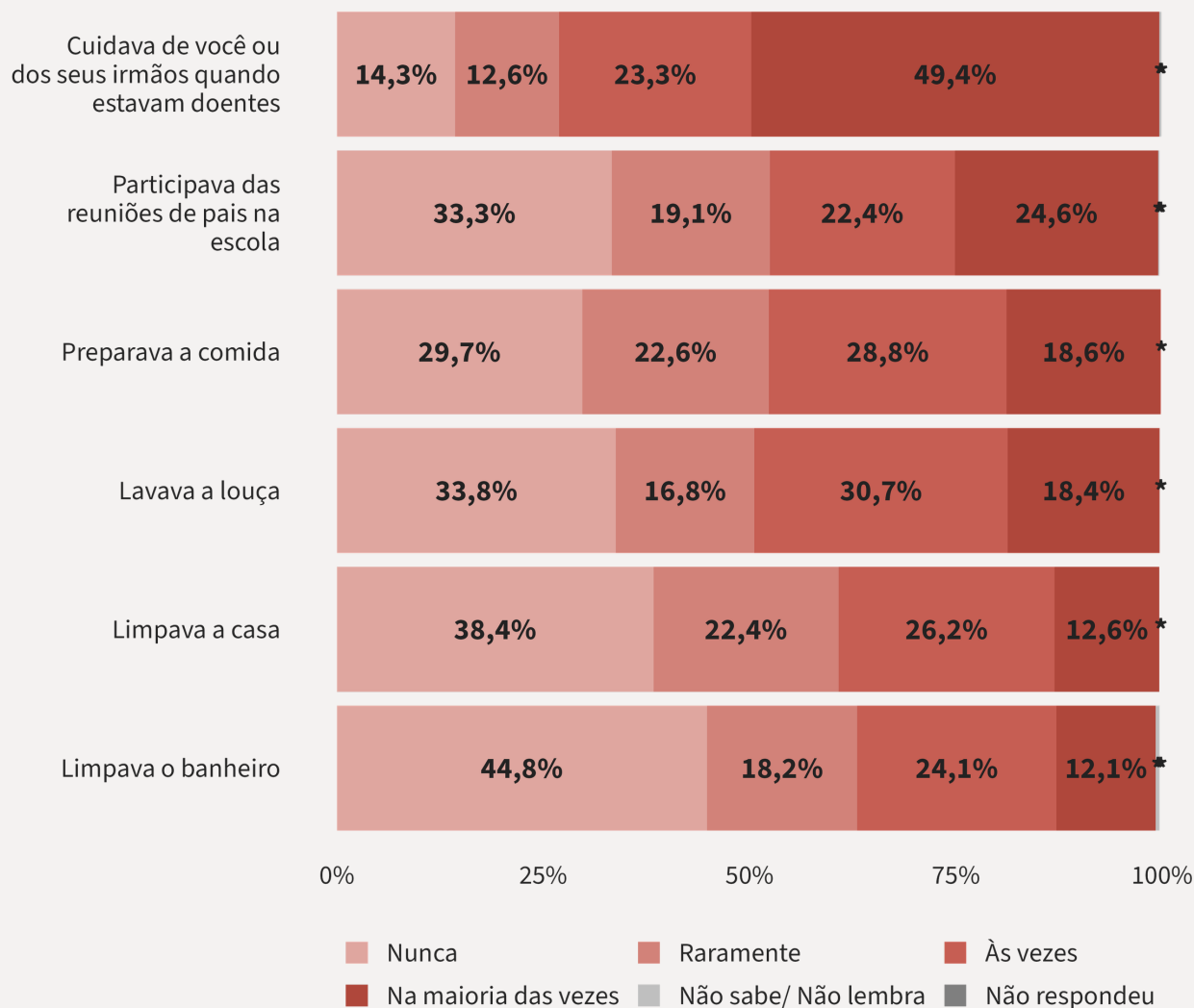
enfermidade, nas quais predominam respostas indicando realização “na maioria das vezes” (65,6% e 49,4%, respectivamente). Em contraste, atividades associadas à rotina doméstica cotidiana e à participação em reuniões escolares apresentaram menor frequência de realização, com predominância da categoria “nunca”, especialmente nos itens “limpava a casa” (38,4%) e “limpava o banheiro” (44,8%), evidenciando uma divisão de responsabilidades alinhada a padrões tradicionais de gênero (figura 1).

Figura 1 – Participação de figuras paternas em atividades domésticas durante a infância e a adolescência dos homens respondentes



(continua)

(continuação)



Fonte: Pesquisa Panorama da violência contra a mulher no Distrito Federal (2026).

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan

Nota: Resultados provenientes de amostragem não probabilística. (*) Alto coeficiente de variação, resultados não reportados. A base de cálculo é o total de respondentes do primeiro módulo da pesquisa que se identificaram como homens e que responderam ter vivido com algum homem responsável por ele no domicílio (1.668 respondentes).

Ambos os achados, sobre a presença da figura paterna e o seu desempenho nas atividades domésticas, dialogam com a literatura que discute possíveis associações da ausência paterna e da reprodução de

papéis de gênero desiguais com uma série de implicações negativas para estes homens na idade adulta, como comportamentos violentos, incluindo os direcionados às suas parceiras íntimas (Heise, 1998).

4.1.2. Experimento em lista

Para chegar a um percentual de homens agressores com um menor viés que a pergunta direta, a pesquisa se utilizou da técnica de experimento em lista. Os resultados indicam um percentual de 11,4% dos homens respondentes que já empurraram ou seguraram com força a esposa ou namorada após ficar nervoso.

Ainda assim, esse percentual é inferior ao encontrado nos relatos das mulheres, em que 30,9% das mulheres respondentes disseram ter passado pelo menos uma vez na vida por situações de apertos, sacudidas, empurrões ou puxões de cabelo em momentos de irritação do seu parceiro.

4.2. Entrevistas com homens em cumprimento de pena pelo crime de feminicídio

Esta seção apresenta os resultados das entrevistas em profundidade com homens em cumprimento de pena pelo crime de feminicídio no Distrito Federal. A análise apresentada é dividida em seis seções,

transitando entre a construção de masculinidade dos entrevistados e o relacionamento mantido com a mulher vítima do feminicídio.

4.2.1. Dinâmicas do ambiente familiar na infância e adolescência

A divisão de papéis de gênero para homens e mulheres é construída e reforçada desde a infância, quando a criança percebe quais são as responsabilidades de mulheres e homens em sua família e no ambiente em que vivem. Com esse cenário em vista, a partir das conversas realizadas, serão apresentadas as divisões de tarefas e os responsáveis pelas tomadas de decisões no ambiente familiar dos entrevistados, buscando compreender como eles internalizaram as diferentes responsabilidades atribuídas aos gêneros.

As tarefas de cuidado, socialmente

destinadas às mulheres, foram exemplificadas nos relatos de dinâmica familiar na infância e adolescência dos entrevistados. A realização de tarefas domésticas e de cuidado dos filhos eram predominantemente destinadas às mulheres da família, especialmente a mãe, mas também compartilhada entre as irmãs. Essas narrativas vão de encontro aos resultados do *survey* (figura 1), que indicam maior participação feminina em atividades da rotina doméstica, como limpar o banheiro ou lavar a louça, além daquelas relacionadas ao acompanhamento dos filhos, como a participação em reuniões

escolares.

As mães eram indicadas como aquelas que tomavam decisões importantes e necessárias para manutenção e bom andamento da casa, considerando que estavam em maior contato com a dinâmica da família. Os pais, por sua vez, foram constantemente trazidos como aqueles que garantiam o provimento e administração dos recursos financeiros da família, normalmente sendo responsáveis pelas tarefas domésticas apenas quando não havia uma mulher que o fizesse. Compreender esse contexto se faz relevante, pois estudos demonstram que a quebra de expectativa dos homens em relação aos papéis atribuídos às mulheres, incluindo quando sua autoridade é desafiada, pode desencadear reações violentas e a necessidade de adequá-las novamente a esses comportamentos (Corrêa, 2023; Ávila *et al.*, 2023; Ribeiro, 2017).

As dinâmicas do ambiente familiar na infância e adolescência dos entrevistados revela, ainda, cenários que transitaram entre a segurança e união, por um lado, e o desentendimento e a violência, por outro. Ainda que não representem a totalidade das narrativas, abaixo serão apresentadas as vivências daqueles que relataram episódios de agressividade no meio familiar durante seu crescimento e desenvolvimento. Adentrar em tais narrativas é importante ao considerar que ambientes familiares violentos e traumáticos para crianças e adolescentes colaboram para a reprodução de violência no futuro, incluindo aquelas que atingem as mulheres (Meyer, 2024).

Durante as conversas, buscou-se entender o tipo de relacionamento estabelecido entre entrevistados e suas mães e pais ou outros responsáveis. A figura materna foi predominantemente interpretada como aquela que oferecia carinho, amor e inspiração a esses homens e, quando não descrita assim, era representada como uma pessoa agradável e de fácil relacionamento. A figura paterna, por sua vez, foi ilustrada a partir de uma ótica de autoridade e rigidez, constantemente permeada pelo medo que os entrevistados sentiam do pai. A mãe, desse modo, era sinônimo de suporte e afeição, enquanto o pai representava rigor e poder.

As formas de correção destinadas pelos pais aos entrevistados envolviam conversar e aconselhar, privar de atividades das quais gostavam de realizar e castigar fisicamente. Ainda que os castigos físicos viessem de ambos, os relatos sugerem maior recorrência de agressões advindas do pai. Termos como “peia”, “surra” e “taca” foram utilizados para expressar as formas de punição utilizadas pelas figuras de autoridade masculinas contra os entrevistados durante a infância e a adolescência.

Além dos relatos acima apresentados, alguns desses homens disseram ter convivido com episódios isolados ou recorrentes de violência doméstica dos pais contra as mães, onde empurrar, bater e espancar essas mulheres eram cenas presentes em seu cotidiano de infância e adolescência. Em alguns casos foram citadas agressões ao pai por parte dos

entrevistados, justificadas ao ocorrerem em defesa da mãe, vítima da violência.

Em resumo, os relatos sobre infância e adolescência mostraram que a socialização desses homens foi marcada por referências de autoridade e cuidado e, em alguns casos, pela convivência com conflitos e violências no ambiente familiar. Na seção seguinte, a

descrição e a análise se deslocam para o consumo de álcool e outras drogas, buscando compreender como esses hábitos apareceram ao longo de suas trajetórias, quais sentidos foram atribuídos e de que forma se associaram a conflitos e a rupturas nas relações sociais destacadas pelos entrevistados.

4.2.2. Consumo e dependência

Ainda que perceba-se uma fraca relação entre o consumo de álcool e drogas e a consumação de crimes como o feminicídio (Distrito Federal, 2025), esta seção pretende adentrar nos comportamentos de dependência dos entrevistados, buscando compreender os significados atribuídos ao uso dessas substâncias. Salienta-se que o consumo de álcool, drogas e demais hábitos não representam a totalidade das narrativas, dado que uma parcela significativa desses homens declararam não possuir tais práticas.

Ao serem questionados sobre hábitos e comportamentos terem se tornado um vício ao longo da vida, os entrevistados elencaram principalmente o consumo de drogas como prática geradora de dependência. O uso de maconha e cocaína foi especialmente citado, ainda que em alguns casos outras drogas fossem consumidas, como crack e substâncias sintéticas. Em menor medida, foram mencionados o vício em álcool e em jogos de apostas. Quanto aos motivos apontados por aqueles que interpretaram o uso de

drogas como prejudicial e fora de controle, se ausentar do trabalho e vender bens para consumir foram apresentados, bem como o isolamento da família e as mudanças de humor pela abstinência.

Independente do consumo ser considerado um vício ou não, o uso de drogas e álcool foi indicado como causador de problemas aos entrevistados. Aos que bebiam, os principais pontos de conflito eram as reclamações dos familiares, o envolvimento em brigas e a justificativa dada ao crime de feminicídio pelo consumo de bebida alcoólica. Por outro lado, aqueles que usavam drogas diversas apontaram os gastos para manter a prática, os conflitos em relacionamentos amorosos e questões de saúde, como a overdose pelo alto consumo. Para esse público, é menor a justificativa dada ao crime mediante o uso ou abuso de substâncias. Ainda que em menor medida, essa prática reforça os achados da literatura indicando que as motivações para cometer o feminicídio podem vir a ser distorcidas por esses homens, ao atribuírem ao crime fatores externos à sua própria decisão (Di Marco;

Jiménez Ribera; Rodríguez, 2022). Ou seja, explicações como o consumo de álcool e outras drogas, o estresse ou o comportamento das vítimas, constantemente considerado fora da norma, podem ser utilizados para justificar o crime cometido.

A análise do consumo e da dependência evidenciou que o uso de álcool e drogas esteve, em parte dos relatos, associado

tanto a prejuízos no trabalho, nos vínculos afetivos, na saúde e na convivência familiar, assim como no agravamento dos conflitos conjugais. Em continuidade, a próxima seção examina as redes de apoio acionadas em momentos de dificuldade, permitindo observar com quem esses homens contavam, quais tipos de suporte recebiam e em que medida o isolamento, o silêncio e a dificuldade de buscar ajuda marcaram suas trajetórias.

4.2.3. Suporte em momentos de necessidade

Lidar com problemas e circunstâncias adversas ao longo da vida faz parte da história de todas as pessoas, que podem contar ou não com redes de apoio para enfrentar essas situações. A maioria dos entrevistados declarou ter com quem contar em circunstâncias de dificuldade e, ao serem questionados sobre quem eram as pessoas de referência em suas vidas nesses momentos, a família foi especialmente mencionada, na figura do pai, da mãe, de tios e tias e dos irmãos e irmãs. Em menor medida, esposas e amigos são citados como figuras de amparo em situações de necessidade. Além disso, em casos pontuais, era o entrevistado a figura de apoio para a família.

Quanto ao tipo de apoio oferecido, em maior medida pela família, surgiram o suporte de cunho emocional, na missão de conversar e aconselhar o entrevistado; e financeiro, ao dar ou emprestar dinheiro quando necessário. No entanto, uma parcela considerável de homens, ainda que

dispussem de uma rede de apoio, se apresentaram como pessoas que preferiam resolver seus problemas sozinhos. Por vezes, a ajuda era fornecida a ele pela família, ainda que o entrevistado não a solicitasse. Frases como “eu queria me virar do meu jeito” e “gostava de resolver meus problemas sozinho” exemplificam essas situações.

Ainda que o suporte dado pela família, por amigos e por companheiras fosse realidade para parte significativa dos entrevistados, foram relatadas situações de solidão e afastamento de pessoas de seus convívios. Examinando os motivos dados para o distanciamento, o principal gira em torno do momento atual, por estarem em cumprimento de pena. Para esses homens, a penitenciária representa um ambiente de vazio e de separação de pessoas queridas, como pais, filhos e amigos.

Além do estado de privação de liberdade, não ter uma figura de referência com quem

pudessem desabafar, pedir conselhos ou conversar em momentos de aflição também foi pontuado como fator de afastamento social. A ausência de uma pessoa de apoio ocorria por se sentirem incapazes de se abrir profundamente ou por nunca terem conseguido criar conexões nesse sentido. O silêncio do homem em relação a conflitos do cotidiano pode estar ligado a evidências de que autores de violência doméstica reportam necessidades de saúde mental não tratadas duas vezes mais do que aqueles que não cometeram violência (Lipsky S, *et al.*, 2011 *apud* Silva; Melo, 2021). Além disso, o consumo de drogas e a atribuição à própria personalidade solitária foram circunstâncias especialmente citadas

nas narrativas dos entrevistados.

Nesse sentido, os relatos sobre suporte e solidão desses homens indicaram que, mesmo quando havia presença de familiares, companheiras ou amigos como referência afetiva, muitos dos entrevistados afirmaram preferir lidar sozinhos com seus problemas, revelando limites nas formas de expressão de sofrimento e de busca por ajuda. A seção seguinte aprofunda essa discussão ao abordar a reprodução de papéis de gênero, examinando como esses homens definem um ideal de postura masculina e quais expectativas atribuem às mulheres nas relações amorosas e familiares.

4.2.4. Reprodução de papéis de gênero

A construção e reprodução de papéis de gênero atribui determinados comportamentos como biológicos e particulares à natureza de homens e mulheres (Butler, 1990). Ao serem questionados sobre o que é ser um bom homem em relacionamentos amorosos e dentro das famílias, os entrevistados conferiam aos homens o papel de cuidar e oferecer carinho e atenção às mulheres com as quais se relacionavam. Além disso, consideravam ser atributos de um bom homem respeitar e escutar a parceira, bem como não traí-la ou maltratá-la. Salienta-se que as narrativas de homem bom colocadas pelos entrevistados surgiam a partir da ótica de como deixaram de cumprir essas expectativas com suas companheiras ao longo da vida. Frases como “talvez eu fale

isso hoje tendo percebido meus erros” exemplificam essa concepção.

Além disso, ao serem indagados sobre quais seriam as responsabilidades de um homem em um relacionamento ou dentro da família, grande parte dos entrevistados tomou para si o papel de provedor, sendo sua obrigação sustentar financeiramente sua casa, garantindo que nada falte. Sobre o assunto, Peralta e Tuttle (2013) identificam a conexão da ideia de dignidade masculina ao papel de prover, interpretado como inerente à natureza do homem. As responsabilidades de cuidar da esposa e garantir a educação dos filhos, caso o tenham, seguem a mesma perspectiva.

Por outro lado, tratando-se da percepção

dos entrevistados sobre como as mulheres devem se comportar em um relacionamento amoroso, parcela significativa reproduziu o discurso de que uma mulher deve agir como quiser. Para aqueles que externalizaram seus anseios em uma parceira, a fidelidade ao homem e o respeito mútuo foram apresentados como pontos essenciais. Além disso, expectativas atribuídas ao gênero também surgiram, relacionadas ao desejo de que a mulher dê-se ao respeito e cuide da casa, diante da dinâmica de “você ganha, você traz pra casa e ela cuida”.

No mesmo sentido, foram relatados comportamentos interpretados como inapropriados para mulheres, especialmente aquelas que estão em um relacionamento com um homem. Para os entrevistados, a traição, a vulgaridade, o ciúme e a possessividade são características altamente

indesejáveis em parceiras amorosas. Também, ainda que em menor medida, ser uma mulher “pra frente” e que “arranje barraco”, ou que mantenha amizade com mulheres solteiras e homens no geral, são aspectos reprováveis na conduta de mulheres que mantêm um relacionamento.

As percepções apresentadas sobre masculinidade, cuidado, fidelidade e condutas exigidas às mulheres mostram que os padrões de gênero seguiram organizando as expectativas desses homens sobre a vida conjugal e familiar. Na próxima seção, essa dimensão é observada no plano concreto das relações com a mulher vítima do feminicídio, com foco nas tensões com familiares, no ciúme, nas práticas de controle, nos conflitos cotidianos e nos elementos que sinalizam o escalonamento da violência antes do crime.

4.2.5. Relacionamento com a vítima e escalonamento da violência

Esta seção descreve como os entrevistados narraram a convivência conjugal com familiares e a importância atribuída ao círculo social da mulher e do homem. Em parte dos relatos, foi indicada a existência de tensões com familiares da mulher, sobretudo com figuras maternas, descritas através de conflitos recorrentes, “interferências” e julgamentos de desqualificação direcionados ao homem. Também houve narrativas em que a rejeição familiar foi vinculada a atividades ilícitas do homem entrevistado. Por outro lado, houve relatos de aceitação e integração anterior

entre ele e a família da mulher, com avaliações positivas dessa convivência.

Quanto à socialização e ao lazer conjugal, os relatos variam entre rotinas domésticas, como assistir filmes e conversar, e circulação por redes mais amplas, como festas e encontros com outros casais, além de menções ao consumo de álcool e drogas no cotidiano. Porém, o isolamento também surgiu como uma característica auto atribuída por alguns homens entrevistados, assim como situações de baixa proximidade com a família da mulher, com contatos à

distância e sem conflitos aparentes.

A convivência social, tanto do homem como da mulher, foi frequentemente apresentada como regulada por ciúmes, suspeitas e restrições, envolvendo “amigas mulheres” do entrevistado e o incômodo com “amiguinhas solteiras” da mulher. Em alguns casos, episódios de atrito ocorreram em espaços públicos e familiares, com cobranças associadas à tentativa de “mostrar mais poder” por parte da mulher, assim como relatos em que conflitos com familiares de ambos terminaram em agressão e ocorrência policial.

Os relatos indicaram o ciúme como motivação recorrente para brigas, às vezes relativizado como normal, mas descrito como intensificador de certas reações classificadas como danosas pelos próprios homens entrevistados. As reações mais frequentes eram o monitoramento de ligações, checagens através de videochamadas sem aviso prévio, estresse por atrasos em combinados, restrições para saírem sozinhos, conflitos sobre senhas em dispositivos móveis, busca por acesso ao aparelho através do desbloqueio durante o sono e abandono de amizades. Parte das falas valorizou o ciúme como prova de afeto. No entanto, foi possível identificar percepções sobre o agravamento desse quadro, mencionando o uso de álcool e drogas pelo homem e interferências de terceiros que alimentariam suspeitas de relações extraconjugais por parte da mulher.

Ainda que tenha sido apresentado como causa principal da ocorrência de brigas, o

comportamento ciumento foi naturalizado e minimizado em parte predominante dos discursos, reduzindo a gravidade do próprio padrão conflitivo. Esse comportamento reforçava o caráter dúbio do ciúme, ora tradicionalmente classificado como um sinal de afeto, ora considerado como um sinal de ameaça desse vínculo. Ainda assim, apareceram tentativas de diferenciar “ciúme normal” de “ciúme doentio”, indicando que os próprios entrevistados reconheceram gradações e limites desse sentimento.

Traições, humilhações públicas e cobranças diante de outras pessoas foram narradas como atos de desrespeito e rebaixamento já sofridos por alguns dos homens entrevistados. Álcool e drogas foram mencionados como agravantes para o escalonamento desses conflitos, com mudança de comportamento após o consumo, ausências do âmbito doméstico de forma prolongada, ameaças de separação e episódios de agressão física. No entanto, em alguns relatos foi possível identificar a inexistência de brigas consideradas graves por esses homens antes de cometerem o feminicídio.

Quanto à busca pela resolução desses conflitos, predominou como postura a interrupção de brigas através do afastamento e do adiamento da conversa para evitar decisões “de cabeça quente”, retornando quando o clima melhorasse ou quando fosse possível esquecer o ocorrido, “fingindo que não aconteceu nada”. Esse comportamento de afastamento poderia ser encarado, a princípio, como um modo eficaz de evitar situações danosas, como

responder imediatamente a insultos e confrontar de forma agressiva algumas posturas durante o momento do conflito conjugal (Di Marco, 2024; Ribeiro, 2017). Entretanto, esse mesmo comportamento diante de conflitos em aberto pode também estar ligado ao afastamento como forma de abuso, igualmente presente nos relacionamentos. Conhecido como “tratamento de silêncio”, o comportamento “consiste em usar o silêncio com outra pessoa de forma punitiva, ignorando-a” (Freedman *et al.*, 2022 *apud* Silva, F. L. *et al.*, 2025), o que pode gerar “danos psicológicos e ameaça a autoestima, aumentando sentimentos de raiva e tristeza” (Williams, 2009 *apud* Silva, F. L. *et al.*, 2025).

Ainda assim, a busca pela manutenção de um diálogo conjugal também foi citada, com o reconhecimento do erro e o pedido de desculpas, além de evitar discussões sob efeito de bebida alcoólica e na presença de crianças. Essa retomada podia envolver mediação de terceiros e gestos de agrado, como lanches e passeios, além de práticas sexuais. Porém, há casos em que o afastamento incluiu o consumo de álcool e drogas, assim como o aumento da tensão após o retorno. Embora a relação entre álcool/drogas e feminicídio não seja automática, é relevante atentar-se à relação entre consumo de entorpecentes, conflitos e violências conjugais, inclusive quando o estresse é descarregado no álcool ou no ambiente familiar (Di Marco; Jiménez Ribera; Rodríguez, 2022).

Também foi possível identificar que alguns relatos conectam diretamente a forma de

resolver esses conflitos às disputas por autoridade e disciplina no âmbito doméstico, bem como a preocupações com imagem pública ameaçada, indicando que certos impasses eram interpretados como afrontas ou perdas de posição, e não apenas como divergências rotineiras. Esse ponto se liga a evidências de que a própria violência conjugal pode ser tratada com caráter punitivo e disciplinar, voltada a restaurar uma ordem de gênero com base na autoridade masculina (Ávila *et al.*, 2023; Corrêa, 2023), associada a códigos de honra, afronta e reação violenta em busca da “restauração do respeito” (Di Marco, 2024).

Episódios de agressão ocorridos antes do crime de feminicídio foram classificados como “explosão” e “perda de controle”, variando entre danos materiais, agressões físicas, ameaças e ocorrências que não envolveram apenas a ex-parceira íntima. Houve relatos de normalização da causa de danos a bens materiais, como celular, utensílios domésticos e automóveis, além da escalada de ações ligadas a checagens de conversas em aplicativos de mensagens. No entanto, alguns homens entrevistados negaram sinais prévios de agressividade, classificando o fato criminal como súbito ou como um episódio isolado, sem explosões anteriores. Alguns homens afirmaram que a agressividade cometida decorria de acúmulos de tensões e conflitos, potencializando novas brigas e atos considerados pelos entrevistados como “impensados” e “momentâneos”. Por fim, surgiram relatos de ameaça direta e episódios de violência armada, sob o uso de álcool e drogas, e com a tentativa de

enquadrar alguns desses fatos como um “acidente”.

Mesmo quando a violência foi descrita como momentânea, há registros que indicaram sinais prévios de escalada, além de diferentes modos de o entrevistado posicionar sua responsabilidade diante dessas ocorrências. Ou seja, em dinâmicas de violência conjugal, podem ocorrer o deslocamento de responsabilidades para fatores considerados “exteriores” ao autor do crime, como, por exemplo, drogas, estresse, comportamento da vítima, além de associações entre ciúme e posse e demais justificativas para a violência (Ribeiro, 2017; Cook, 2024; Di Marco; Jiménez Ribera; Rodríguez, 2022). Esses apontamentos também evidenciam, a partir dos próprios relatos, a recorrência de explicações que oscilam entre “problemas de casal”, considerados como menos cruciais, e fatores supostamente determinantes para o escalonamento dos conflitos, como álcool e drogas, traição e provocações, desconsiderando, assim, a continuidade e a escalada de fatos agravantes como um processo.

Os relatos sugerem que a convivência conjugal entre esses homens, a mulher e as redes de socialização eram permeadas por comportamentos de regulação unilateral de

limites à autonomia, seja entre casal e familiares ou entre casal e círculo de amizades. Entretanto, a aceitação familiar foi descrita por esses homens como um importante suporte para a estabilidade da relação conjugal. Ou seja, aspectos como redes de apoio, isolamento social do casal e a criação de vínculos ao longo da vida podem ser relevantes para identificar sinais de conflitos conjugais. Esses aspectos também demonstram que posturas autoritárias e papéis de gênero estão ligados, de algum modo, a relações familiares e íntimas (Meyer *et al.*, 2024; Corrêa, 2023; Ávila *et al.*, 2023; Di Marco; Evans, 2021; Cook, 2024).

Com base nesses elementos, foi possível identificar que os conflitos narrados no âmbito da convivência conjugal não se restringiam a desentendimentos cotidianos. Eles também se articulavam a práticas de controle, disputas por autoridade, ciúmes, uso de álcool e outras drogas e episódios prévios de violência, compondo um processo de agravamento das tensões. Na seção seguinte, o foco da descrição e análise recai sobre a forma como os homens entrevistados explicaram o crime cometido, mobilizando justificativas, atribuições de responsabilidade, percepções sobre o crime de feminicídio e manifestações de arrependimento.

4.2.6. Justificativas mobilizadas para o crime

Esta seção reúne as motivações atribuídas ao crime pelos homens entrevistados, suas percepções sobre ter ou não cometido um

crime e o que esses homens fariam de diferente, buscando, assim, identificar percepções sobre arrependimento.

Identificou-se que a motivação para o crime foi frequentemente narrada como reação imediata a suspeitas ou à constatação de traição, acompanhada da ideia de “perder a cabeça” e de não compreender, no momento da agressão, que sua conduta poderia levar à morte da vítima. Em alguns relatos, o gatilho para o ato criminal foi a descoberta ou a confissão direta de infidelidade, classificados como suficientes para o entrevistado “ficar cego” e cometer o crime. Também apareceram discursos que associaram a infidelidade a um dano irreparável à honra, compreendendo a violência como a busca pela restauração do respeito. Nessas ocasiões, a presença dos filhos das vítimas não impediu que o fato ocorresse.

Em grande parte dos relatos, a autonomia feminina foi sentida como uma afronta. Foi expressiva a ênfase em evidências e suspeitas mediadas por aplicativo de mensagens em dispositivos móveis, em que a traição surgiu como fato ou como leitura de alguns sinais frequentes, como se afastar ou não conversar em momentos de interações virtuais. Também foram apontadas como justificativas para a ocorrência do crime as disputas físicas para se esquivar de agressões, geralmente atribuídas a um descontrole decorrente do próprio confronto em escalonamento.

Outros relatos atribuíram ao motivo do crime o acúmulo de pressões cotidianas, como trabalho, dívidas e problemas familiares, descritos como “bola de neve” e “sobrecarga”. Nesse ponto, o consumo de álcool e drogas foi classificado como um

contexto favorável para ocorrer o crime, além de um fator de intensificação dos conflitos, associado à sensação de “perder a cabeça” e a períodos de desorganização da vida a dois. Há relatos do consumo continuado de psicoativos nos dias anteriores ao crime, passando horas “só bebendo, usando droga”, com ruptura da rotina, combinado a ofensas, às ameaças de denúncia à polícia e ao uso de drogas no ambiente doméstico. Em alguns casos, a motivação foi descrita com base na combinação entre defesa da honra, bebida e entorpecentes em ocasiões públicas, ampliando a tensão, os ciúmes e a sensação de perda da moral. Ainda assim, parte predominante dos entrevistados reconheceu ter tido tempo para recuar e desistir de cometer o crime.

Também houve narrativas que reclassificaram as motivações para o crime como “fútil” e “besteira”, além de relatos que sustentaram que o crime decorreu de um acidente, por legítima defesa ou de uma fatalidade após violências recíprocas e em meio à disputa corporal. Em contraste, alguns homens afirmaram não conseguir explicar as motivações para terem cometido o crime, vinculando o fato à embriaguez e às discussões acaloradas contendo humilhações e ofensas provocadas pela vítima.

Entretanto, parte predominante dos homens entrevistados reconheceu o ocorrido como um crime ou homicídio, mas com variações no modo de assumir essa responsabilidade. Houve entrevistados que qualificaram o ato como um “crime bárbaro” e como “pior do

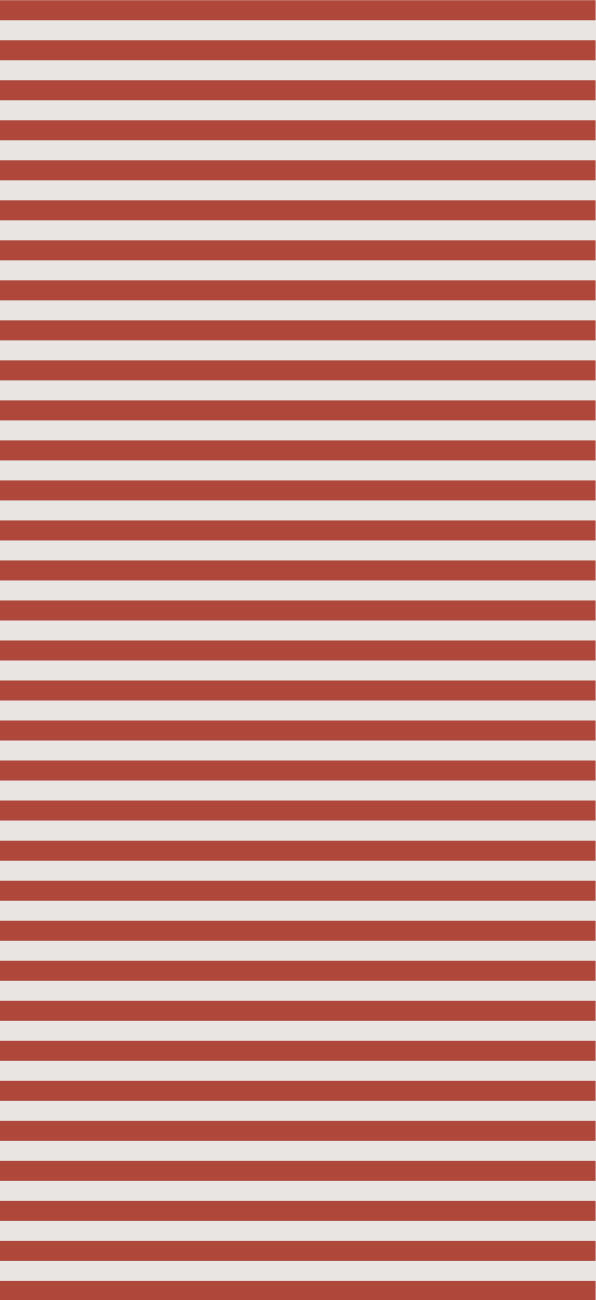
que um crime”, enfatizando a existência de remorso diante dos fatos. No entanto, surgiram discursos que definiram o fato mais como uma causalidade do que o resultado de uma relação a dois já conflituosa, em passagens como “se eu não tivesse lá eu não estaria preso” ou a negação de uma identidade criminal prévia, afirmando que “nunca roubei nada”.

O arrependimento foi narrado de formas distintas pelos homens entrevistados. Em alguns casos, esse aspecto foi relacionado ao círculo de convivência afetiva, como dor na consciência pela situação dos filhos e da família de ambos, devido a sentimentos de vergonha e a dificuldades de encarar a “ofensa à imagem” dos filhos. Em outros casos, o arrependimento foi mais autocentrado, relacionado ao sofrimento no ambiente prisional e ao fato de ter “acabado com a vida dela e com a minha”, além do desejo de mudar de cidade e de nome.

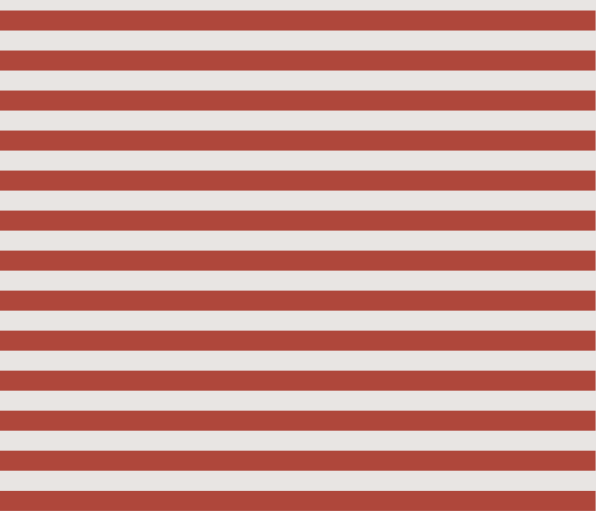
Com base nos dados acima, identificou-se que as motivações para o crime foram explicadas tanto através da ênfase em eventos ocasionais considerados gatilho, como suspeitas ou confirmações de traição, uso de álcool e drogas e estresse acumulado, assim como através da partilha ou do deslocamento integral da

responsabilidade para condutas da vítima. Esse padrão dialoga com estudos que indicam discursos de transferência da culpa a eventos considerados externos, que associam a motivação para o crime à acumulação de problemas cotidianos, ciúmes e posse (Ribeiro, 2017; Cook, 2024; Di Marco; Jiménez Ribera; Rodríguez, 2022), bem como a relação entre defesa da honra masculina e reação violenta para restaurar status e respeito (Di Marco, 2024).

Por fim, como já salientado, álcool e drogas apareceram como recurso para explicar alterações abruptas de comportamento e deslocar a causalidade dos fatos, mesmo nos casos em que surgiram menções a ideação ou planejamento do crime. Já o arrependimento surgiu tanto como reconhecimento do dano assim como estratégia para reafirmar uma mudança de conduta. Ainda assim, discursos sobre o reconhecimento da culpa foram intercalados com falas que minimizavam a intencionalidade do crime, atribuindo eventualidade à situação, padrão este que se associa a busca por explicações que aliviem o sentimento de culpa (Ribeiro, 2017; Di Marco *et al.*, 2021; Di Marco; Jiménez Ribera; Rodríguez, 2022; Di Marco; Sandberg, 2023).



CONSIDERAÇÕES FINAIS





5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório apresentado, produto da pesquisa Panorama da violência contra a mulher no Distrito Federal, buscou compreender o fenômeno estudado sob a perspectiva dos homens, público que exige especial atenção ao tratar das violências que atingem as mulheres. Nesse sentido, foram apresentados dados relativos à construção de papéis de gênero presentes na formação da identidade masculina, e sob quais perspectivas essa construção é capaz de gerar masculinidades violentas.

Os resultados da pesquisa apontam que as estruturas de gênero começam a ser firmadas ainda na infância e adolescência, quando não há uma distribuição equilibrada de tarefas domésticas e de cuidado entre homens e mulheres nos ambientes familiares. Ainda que a presença paterna fosse uma realidade nesses períodos, a socialização desigual enraíza construções de gênero, onde a mulher é responsável pelas tarefas domésticas e cuidado dos filhos, enquanto ao homem é designado o papel de provimento financeiro de sua família.

Além da perspectiva do cuidado, a infância e adolescência são marcadas pelo entendimento de uma postura esperada e atribuída aos homens, corroboradas pelas figuras de referência masculinas (como pais ou aqueles que ocupavam esse papel). Nesse sentido, personalidades marcadas pela rigidez e autoridade eram características atribuídas aos pais, sendo eles os principais responsáveis por direcionar atitudes violentas contra filhos e

companheiras. Desse modo, conhecer e conviver com a violência fez parte dos lares de homens em períodos cruciais de seu desenvolvimento.

O resultado exposto aponta a necessidade de projetos, como o **Maria da Penha vai à escola** e o **Programa de Prevenção à Violência Doméstica (PPV)**, que promovam uma maior capacidade da comunidade escolar em identificar crianças e adolescentes expostas à violência doméstica em seus lares. Assim, é necessário prosseguir com esforços para interromper um “ciclo intergeracional da violência”, onde crianças e adolescentes passam por processos de naturalização e reprodução de tais comportamentos problemáticos.

A concepção de um ideal de masculinidade afeta não apenas a dinâmica familiar, mas também as percepções sobre redes de apoio. Quando o “ser homem” é relacionado a evitar procurar ajuda em momentos de necessidade e sofrimento, o suporte passa a ser renunciado e a ausência de apoio reflete em isolamento e solidão. A construção desse ideal interfere também em relacionamentos íntimos, sendo esperado de companheiras o cuidado com a casa e com os filhos, além do respeito relacionado a si e ao homem com quem mantém um relacionamento. A expectativa de serem respeitados por parceiras envolve manter a dignidade enquanto homem, sendo traições, humilhações e cobranças diante de outras pessoas interpretados como tentativas de tolher a honra masculina.



Comportamentos como esse indicam a necessidade de intensificação de ações com foco na prevenção e no debate sobre a violência de gênero entre homens, como já propõe dois dos eixos do **Programa de Prevenção à Violência Doméstica (PPV)**, que promovem rodas de conversa com o objetivo de oferecer espaços de diálogo entre homens de diferentes segmentos da sociedade, incentivando-os a conhecer a legislação responsável pela proteção à mulher. Discussões do tipo também estão presentes no **Espaço Acolher**, mais voltados, nesse caso, aos autores de casos de violência doméstica.

A formação da masculinidade revela de que modo comportamentos de controle e preservação de autoridade dos homens podem ser perigosos para a vida das mulheres. Por serem naturalizadas, as condutas provenientes desses comportamentos tendem a não ser interpretadas como violências, indicando uma discrepância de interpretações: enquanto mulheres indicam ter sofrido algum tipo de violência física por parceiros ao longo da vida, homens relatam em menor medida terem praticado tais atos. Desse modo, o ciúme e o controle são compreendidos pelos homens como um ato de afeto e cuidado direcionado às mulheres.

Ainda que interpretadas sob a ótica do cuidado, as violências presentes nos relacionamentos eram parte do cotidiano dos casais, geradas e agravadas pelo ciúme, pela disputa por autoridade e pela tentativa de correção de comportamentos considerados inapropriados a uma mulher.

O ápice dessas situações de violência, que escalonam ao longo do relacionamento, implicaram nos crimes de feminicídio cometidos, que ganharam forma através da violência doméstica já vivenciada anteriormente, além da inferiorização da vítima por ser uma mulher.

Diante das evidências de escalonamento das formas de violência sofridas pelas mulheres, torna-se crucial a manutenção das atividades oferecidas pelos **Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAM)**, destinados ao acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica em 31 unidades distribuídas por todas as regiões administrativas do DF. Os serviços incluem escuta qualificada, orientação jurídica, apoio psicossocial e encaminhamentos à rede de proteção. Trata-se de uma ação importante para ampliar a proteção e fortalecer a autonomia das mulheres.

As tentativas de justificar o crime cometido revelam uma alternância entre arrependimento e minimização do ato. Ao externalizarem o arrependimento, as narrativas recaem em afastamento de círculos familiares e frustração pela punição recebida, mas nem sempre se insere nessas concepções o fato de a vida de uma mulher ter sido fatalmente interrompida. Percebe-se, desse modo, a contínua desvalorização dessas mulheres, mesmo que não estejam mais presentes.

De forma convergente, os achados da pesquisa destacam a percepção dos homens sobre os papéis de gênero estabelecidos socialmente, tanto em relação à sua própria



masculinidades quanto às expectativas atribuídas às suas parceiras. Este cenário, portanto, indica que as estratégias de enfrentamento da violência doméstica, de seu escalonamento, passando, em último caso, pelo feminicídio, também devem

incluir abordagens direcionadas especificamente aos homens. Essas iniciativas devem incorporar, especialmente, o debate didático e reflexivo sobre os padrões de comportamento e as normas de gênero associados à violência.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Thiago Pierobom de; MEDEIROS, Marcela Novais; CHAGAS, Cátia Betânia; VIEIRA, Elaine Novaes; SOARES, Thais Quezado; PASSETO, Andrea Simoni de Zappa Passeto. **Feminicídios: indicativos para a construção de políticas públicas de prevenção**. Brasília: ESMPU, 2023.

BLAIR, G.; IMAI, K. **Statistical analysis of list experiments**. *Political Analysis*, v. 20, n. 1, p. 47-77, 2012.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: feminism and the subversion of identity**. Nova York: Routledge, 1990.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 out. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14994.htm. Acesso em: 20 jan. 2026.

COOK, T. **Convicted male perpetrators narratives of their motivations for and experiences of perpetrating non partner rape-femicide in the Western Cape, South**

Africa. Thesis presented in fulfilment of the requirements for the degree of Master of Arts in Psychology in the Faculty of Arts and Social Sciences at Stellenbosch University, December, 2024.

CORRÊA, C. A. **A mulher tá mais atrevida, antes o homem dizia: “não faz isso!” e elas respeitavam”: discursos de homens encarcerados autores de violência contra mulheres**. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

COUMARELOS, C.; WEEKS, N.; BERNSTEIN, S.; ROBERTS, N.; HONEY, N., MINTER, K.; CARLISLE, E. **Attitudes matter: the 2021 National Community Attitudes towards Violence against Women Survey (NCAS), findings for Australia**. Relatório de Pesquisa, n. 02/2023. Sydney: ANROWS, 2023.

DATA POPULAR. **Percepções dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher**. 2014.

DATASENADO. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília, DF: Secretaria de Transparência, Senado Federal, 2025.

DI MARCO, M.; EVANS, D. Society, her or me? An explanatory model of intimate femicide among male perpetrators in Buenos Aires, Argentina. **Feminist Criminology**, v. 16, n. 5, p. 607–630, 2021.



DI MARCO, M.; JIMÉNEZ RIBERA, A.; RODRÍGUEZ, J. Excusas, justificaciones y experiencias. Los estresores en las narrativas de varones que ejercieron violencia de género. **Revista Española De Investigación Criminológica**, 20(2), e689, 2022.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Segurança Pública. **Estudo dos feminicídios consumados no Distrito Federal**. Brasília, DF: Secretaria de Estado de Segurança Pública. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. São Paulo: FBSP, 2023.

GARCIA, L.; FREITAS, L.; SILVA, G.; HÖFELMANN, D. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

GLYNN, A. What can we learn with statistical truth serum? Design and analysis of the list experiment. **Public Opinion Quarterly**, v. 77, n. S1, p. 159-172, 2013.

GRAMACHO, W. **Introdução à metodologia experimental**. São Paulo: Blucher, 2023.

HEISE, L. **Violence against women: an integrated, ecological framework**. **Violence Against Women**, v. 4, n. 3, p. 262–290, 1998.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. Brasília: IPEA, 2014.

INSTITUTO IGARAPÉ. **Guia Prático de Políticas Públicas: violência contra a mulher**. Brasília, DF: Igarapé Instituto, jul. 2024. D.

KROSNICK, J. Survey research. **Annual Review of Psychology**, v. 50, n. 1, p. 537-567, 1999.

MACHADO, D.; CASTANHEIRA, E.; ALMEIDA, M. Interseções entre socialização de gênero e violência contra a mulher por parceiro íntimo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, supl. 3, p. 5003-5012, 2021.

MEYER, S.; HARDT, S.; BRAMBILLA, R.; STÖCKL, H. A systematic review of theories of stress as a predictor of intimate partner violence. **Trauma, Violence & Abuse**, v. 26, n. 5, p. 871–888, 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (MPDFT). Corregedoria-Geral. **Relatório de violência doméstica 2024: análise estatística**. Relatório Técnico n. 011/2025 – AEST/GCG. Brasília, DF: MPDFT, 2025.

OMS; LONDON SCHOOL OF HYGIENE & TROPICAL MEDICINE. **Preventing intimate partner and sexual violence against women: taking action and generating evidence**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2010.



RIBEIRO, V. **O que eles dizem? A violência doméstica contra as mulheres a partir da representação do discurso dos homens agressores**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2017.

SILVA, R.; MELO, E. Masculinidades e sofrimento mental: do cuidado singular ao enfrentamento do machismo? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4613, 2021.

SILVA, F.; TORRES, A.; ESTRAMIANA, J.

Construção e Validação da Escala sobre a Percepção do Abuso Psicológico contra a Parceira (EPAPP). **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 45, p. 1-18, 2025.

TELES, M. A Lei do Feminicídio e a promessa de redução da violência contra a mulher. **Revista UFG**, v. 17, n. 21, p. 8–26, 2017.

WINZER, L. Limitações da pesquisa do Fórum de Segurança Pública sobre percepção de violência sexual no Brasil. **Psicologia USP**, v. 31, e190128, 2020.



APÊNDICES

Apêndice A – Testes de balanceamento entre os grupos de controle e tratamento

Variável	Grupo controle			Grupo tratado			Diferença de média (%)	p-valor
	N	%	SD	N	%	SD		
Variáveis sociodemográficas								
Faixa etária								
De 18 a 29 anos	287	26,40	0,44	228	24,70	0,43	-1,70	0,38
De 30 a 59 anos	643	59,15	0,49	526	56,99	0,50	-2,17	0,33
60 anos ou mais	157	14,44	0,35	169	18,31	0,39	3,87	0,02
Situação de relacionamento atual								
Solteiro	395	36,34	0,48	320	34,67	0,48	-1,67	0,44
Namorando	163	15,00	0,36	126	13,65	0,34	-1,34	0,39
Casado ou morando junto	529	48,67	0,50	477	51,68	0,50	3,01	0,18
Raça/cor								
Negro	643	59,15	0,49	519	56,23	0,50	-2,92	0,19
Não negro	439	40,39	0,49	400	43,34	0,50	2,95	0,18
Não sabe/Não respondeu	5	0,46	0,07	4	0,43	0,07	-0,03	0,93
Escolaridade								
Sem instrução/Não alfabetizada(o)	5	0,46	0,07	44	4,60	0,11	4,14	0,07
Ensino fundamental incompleto	166	15,27	0,36	147	15,38	0,37	0,11	0,69
Ensino fundamental completo	139	12,79	0,33	111	11,61	0,33	-1,18	0,61
Ensino médio completo	516	47,47	0,50	417	43,62	0,50	-3,85	0,31
Ensino superior completo	189	17,39	0,38	170	17,78	0,39	0,40	0,55
Pós-graduação completa	72	6,62	0,25	67	7,01	0,26	0,38	0,58
Não sabe/Não respondeu	0	0,00	0	0	0,00	0,00	0,00	-
Atividade remunerada								
Sim	832	76,54	0,42	695	75,30	0,43	-1,24	0,52
Não	255	23,46	0,42	227	24,59	0,43	1,13	0,55
Não sabe/Não respondeu	0	0,00	0	1	0,11	0,03	0,11	0,28



Variável	Grupo controle			Grupo tratado			Diferença de média (%)	p-valor
	N	%	SD	N	%	SD		
Renda individual								
Sem renda	71	6,60	0,25	43	4,72	0,21	-1,88	0,07
Até R\$750,00	48	4,47	0,21	37	4,06	0,20	-0,40	0,65
De R\$751,00 até R\$1.500,00	107	9,95	0,30	106	11,64	0,32	1,68	0,23
De R\$1.501,00 até R\$2.250,00	212	19,72	0,40	172	18,88	0,39	-0,84	0,62
De R\$2.251,00 até R\$3.000,00	154	14,33	0,35	128	14,05	0,35	-0,28	0,85
De R\$ 3.001,00 até R\$ 4.500,00	158	14,70	0,35	127	13,94	0,34	-0,76	0,62
De R\$ R\$ 4.501,00 a R\$ 6.000,00	109	10,14	0,30	93	10,21	0,30	0,07	0,97
De R\$ R\$ 6.001,00 a R\$ 7.500,00	59	5,49	0,23	52	5,71	0,23	0,22	0,84
De R\$ R\$ 7.501,00 até R\$ 9.000,00	36	3,35	0,18	40	4,39	0,20	1,04	0,23
Mais de R\$ 9.001,00	119	11,07	0,31	102	11,20	0,31	0,13	0,94
Não sabe/Não respondeu	2	0,19	0,11	11	1,21	0,16	1,02	0,05
Religião								
Católica	452	41,66	0,49	368	40,09	0,49	-1,57	0,44
Evangélica	343	31,61	0,46	317	34,53	0,48	2,92	0,19
Candomblé/Umbanda	28	2,58	0,16	26	2,83	0,17	0,25	0,74
Espírita	36	3,32	0,18	33	3,59	0,19	0,28	0,75
Ateu, agnóstico ou não tem religião/crença	187	17,24	0,38	143	15,58	0,36	-1,66	0,30
Outra	36	3,32	0,18	30	3,27	0,18	-0,05	0,94
Não sabe/Não respondeu	3	0,28	0,07	1	0,11	0,08	-0,17	0,57
Variáveis atitudinais								
Liberdade ou igualdade								
Liberdade	580	53,36	0,50	559	60,56	0,49	7,21	0,00
Igualdade	495	45,54	0,50	359	38,89	0,49	-6,64	0,00
Não sabe/Não respondeu	12	1,10	0,10	5	0,54	0,07	-0,56	0,17
Maioridade penal								
A favor	829	76,26	0,43	695	75,30	0,43	-0,97	0,61



Variável	Grupo controle			Grupo tratado			Diferença de média (%)	p-valor
	N	%	SD	N	%	SD		
Contra	229	21,07	0,41	211	22,86	0,42	1,79	0,33
Depende	26	2,39	0,15	10	1,08	0,10	-1,31	0,03
Não sabe/Não respondeu	3	0,28	0,05	7	0,76	0,09	0,48	0,13
Arma de fogo								
A favor	476	43,79	0,50	375	40,63	0,49	-3,16	0,15
Contra	569	52,35	0,50	508	55,04	0,50	2,69	0,23
Depende	34	3,13	0,17	36	3,90	0,19	0,77	0,35
Não sabe/Não respondeu	8	0,74	0,09	4	0,43	0,07	-0,30	0,38
Aborto								
A favor	384	35,33	0,48	303	32,83	0,47	-2,50	0,24
Contra	540	49,68	0,50	485	52,55	0,50	2,87	0,20
Depende	131	12,05	0,33	112	12,13	0,33	0,08	0,96
Não sabe/Não respondeu	32	2,94	0,17	23	2,49	0,16	-0,45	0,54
Adoção homoafetiva								
A favor	531	48,85	0,50	448	48,54	0,50	-0,31	0,89
Contra	502	46,18	0,50	420	45,50	0,50	-0,68	0,76
Depende	29	2,67	0,16	34	3,68	0,19	1,02	0,19
Não sabe/Não respondeu	25	2,30	0,15	21	2,28	0,15	-0,02	0,97
Bandido bom é bandido morto								
Concordo	368	33,85	0,47	327	35,43	0,48	1,57	0,46
Discordo	697	64,12	0,48	573	62,08	0,49	-2,04	0,35
Não sabe/Não respondeu	22	2,02	0,14	23	2,49	0,16	0,47	0,48

Fonte: Pesquisa Panorama da violência contra a mulher no Distrito Federal (2026).

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Nota: Foram destacados os p-valores inferiores a 0,05, isto é, aqueles que indicam diferenças estatisticamente significativas entre as proporções observadas nos grupos de controle e tratamento para a respectiva categoria da variável analisada, ao nível de significância de 5%.

PANORAMA **DA VIOLÊNCIA**
CONTRA A
MULHER
NO DISTRITO FEDERAL

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal
IPEDF Codeplan

Setor de Administração Municipal - SAM
Bloco H, Setores Complementares
Ed. IPEDF Codeplan
CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3181-0533
www.ipe.df.gov.br
ipe@ipe.df.gov.br